



**1. O Município Alfa celebrou contrato de cessão de uso de um software de georreferenciamento para gerenciamento urbano. Pelo contrato, a prefeitura possui o direito exclusivo de utilização do sistema pelos próximos cinco anos, podendo restringir o acesso de terceiros e utilizar as informações geradas para planejamento de políticas públicas. Embora o software não gere receitas diretamente, ele é fundamental para a execução das atividades institucionais da entidade. À luz da Estrutura Conceitual das NBC TSP, assinale a alternativa correta.**

- a) O software não pode ser reconhecido como ativo porque não gera entradas futuras de caixa.
- b) O software somente poderá ser reconhecido como ativo se houver expectativa de geração de benefícios econômicos mensuráveis financeiramente.
- c) O software pode ser reconhecido como ativo porque representa um recurso controlado pela entidade, derivado de evento passado e dotado de potencial de serviços.
- d) O software não constitui ativo porque o município não possui sua propriedade legal definitiva.
- e) O software somente será ativo quando houver pagamento integral do contrato.

**2. Em dezembro de 20X1, um hospital público recebeu medicamentos de um fornecedor. Os produtos foram entregues e aceitos pela administração, porém a nota fiscal somente foi processada e paga em janeiro de 20X2. Considerando a definição de passivo prevista na Estrutura Conceitual das NBC TSP, assinale a alternativa correta.**

- a) Não existe passivo em 31/12/X1, pois ainda não ocorreu o desembolso financeiro.
- b) Não existe passivo em 31/12/X1, pois a despesa orçamentária ainda não foi paga.
- c) Existe passivo em 31/12/X1 porque a entidade possui obrigação presente de transferir recursos decorrente de evento passado.
- d) O passivo somente surge após a liquidação da despesa.
- e) O passivo somente existe após a emissão da ordem bancária.

**3. Uma autarquia federal possuía, em 31/12/X1, os seguintes ativos financeiros:**

- I. Saldo disponível em conta corrente bancária: R\$ 500.000.
- II. Aplicação financeira com vencimento original de 30 dias e elevada liquidez: R\$ 300.000.
- III. Aplicação financeira com vencimento original de 18 meses: R\$ 200.000.
- IV. Certificados de depósito bancário adquiridos para negociação especulativa: R\$ 100.000.

Considerando as NBC TSP e a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o montante que deve ser apresentado como Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde a:

- a) R\$ 500.000
- b) R\$ 800.000
- c) R\$ 900.000
- d) R\$ 1.000.000
- e) R\$ 1.100.000

**4. A Secretaria Municipal de Saúde adquiriu medicamentos para utilização nos serviços de saúde pública dos postos de saúde da família, localizado nos bairros periféricos. Foram identificados os seguintes gastos:**

- Preço de aquisição: R\$ 900.000
- Frete: R\$ 60.000
- Seguro do transporte: R\$ 20.000
- Desconto comercial obtido: R\$ 30.000
- Perdas decorrentes de armazenamento inadequado após o recebimento: R\$ 15.000
- Treinamento dos servidores responsáveis pela armazenagem: R\$ 10.000

Considerando a NBC TSP 04 – Estoques, o valor a ser reconhecido inicialmente como estoque será:

- a) R\$ 960.000
- b) R\$ 950.000
- c) R\$ 980.000
- d) R\$ 995.000
- e) R\$ 1.005.000

**5. O Estado Beta possui participação de 40% no capital votante da Companhia de Desenvolvimento Regional, caracterizando influência significativa. Em 31/12/X1, o patrimônio líquido da investida era de R\$ 5.000.000. Durante o exercício de 20X2, a investida apurou lucro de R\$ 800.000 e distribuiu dividendos de R\$ 200.000. Considerando a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), qual será a variação no valor contábil do investimento durante o exercício?**

- a) Aumento de R\$ 320.000
- b) Aumento de R\$ 240.000
- c) Aumento de R\$ 400.000
- d) Redução de R\$ 80.000
- e) Nenhuma alteração

**6. O Município de Vila Esperança possui uma servidora cuja remuneração mensal é de R\$ 12.000,00. Ao final do período aquisitivo, ela terá direito a férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, totalizando R\$ 16.000,00. As férias serão gozadas apenas em fevereiro do exercício seguinte. Considerando o regime de competência aplicado à contabilidade pública, assinale a alternativa que apresenta corretamente o valor da apropriação mensal da obrigação com férias durante o exercício em que o direito foi adquirido.**

- a) R\$ 1.000,00, correspondente apenas ao salário de férias.
- b) R\$ 1.111,11, correspondente apenas ao terço constitucional.
- c) R\$ 1.333,33, correspondente a 1/12 do valor total das férias e do terço constitucional.
- d) R\$ 16.000,00, integralmente no momento do gozo das férias.
- e) Nenhum valor deve ser apropriado antes do pagamento efetivo.

**7. Uma secretaria municipal transferiu para outra secretaria um equipamento adquirido por R\$ 150.000,00. Na data da transferência, o bem possuía depreciação acumulada de R\$ 75.000,00 e perda por redução ao valor recuperável de R\$ 10.000,00. O termo de transferência registrou o valor de mercado do equipamento em R\$ 90.000,00. Segundo o MCASP, qual valor deverá ser utilizado para o reconhecimento do ativo na entidade recebedora?**

- a) R\$ 150.000,00.
- b) R\$ 90.000,00.
- c) R\$ 75.000,00.
- d) R\$ 65.000,00.
- e) R\$ 140.000,00.

**8. Um hospital público apresentava valor contábil líquido de R\$ 20.000.000,00. Após avaliação técnica, concluiu-se que seu valor justo era de R\$ 23.500.000,00. Não existiam perdas anteriores por reavaliação reconhecidas no resultado. De acordo com a NBC TSP 37 e o MCASP, o aumento de R\$ 3.500.000,00 deverá ser reconhecido:**

- a) Como VPA de reavaliação.
- b) Como VPD de reavaliação.
- c) Diretamente em Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.
- d) Como ajuste de exercícios anteriores.
- e) Como receita orçamentária.

**9. Um órgão público adquiriu uma licença perpétua de software para gestão administrativa. Foram incorridos os seguintes gastos:**

- Preço à vista da licença: R\$ 800.000
- Impostos não recuperáveis: R\$ 40.000
- Desconto comercial obtido: R\$ 60.000
- Consultoria para implantação: R\$ 120.000
- Testes de funcionamento: R\$ 50.000
- Treinamento dos usuários: R\$ 90.000
- Campanha de divulgação interna: R\$ 30.000

Qual o valor que deverá compor o custo do ativo intangível?

- a) R\$ 980.000
- b) R\$ 1.070.000
- c) R\$ 1.010.000
- d) R\$ 950.000
- e) R\$ 890.000

**10. Um tribunal está desenvolvendo internamente um sistema eletrônico de gestão processual que atende aos critérios para reconhecimento como ativo intangível. Durante o exercício, um servidor dedicado exclusivamente ao projeto apresentou depreciação de R\$ 40.000. Considerando as normas aplicáveis ao setor público, o reconhecimento contábil mais adequado para essa depreciação será:**

- a) Reconhecimento integral como VPD com depreciação.
- b) Registro diretamente no patrimônio líquido.
- c) Reconhecimento como despesa orçamentária.
- d) Incorporação ao custo do ativo intangível em desenvolvimento.
- e) Registro como redução de caixa.

**11. Um município localizado no Agreste pernambucano, buscando atrair empresas prestadoras de serviços de tecnologia da informação, aprovou uma lei reduzindo a alíquota do ISS para 1% sobre atividades de desenvolvimento de softwares. A medida foi justificada pela necessidade de aumentar a competitividade local e gerar empregos.**

**À luz da Constituição Federal e da legislação complementar que disciplina o ISS, assinale a alternativa correta:**

- a) Os municípios possuem autonomia tributária plena para fixar livremente as alíquotas do ISS, inexistindo limites mínimos ou máximos definidos em legislação nacional.
- b) A redução da alíquota para 1% é válida, desde que aprovada pela maioria absoluta da Câmara Municipal.
- c) A legislação estabelece alíquota mínima de 3% para o ISS, tornando inválida qualquer cobrança inferior a esse percentual.
- d) A redução para 1% é inconstitucional, pois a legislação veda a concessão de benefícios fiscais que resultem em carga tributária inferior à alíquota mínima de 2%, ressalvadas hipóteses expressamente previstas em lei complementar.
- e) A alíquota do ISS pode variar entre 0% e 10%, desde que haja autorização do Tribunal de Contas do Estado.

**12. Uma empresa de consultoria tributária sediada em Caruaru foi contratada por um consórcio de clínicas médicas que atua em diversos municípios pernambucanos para orientar seus gestores acerca dos impactos da Reforma Tributária sobre a tributação dos serviços. Durante a reunião, um dos participantes afirmou que a substituição do ISS pelo novo modelo tributário representaria apenas uma mudança de nomenclatura, sem alterações significativas na lógica de arrecadação e repartição das receitas entre os entes federativos.**

**Com base nas disposições da Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta:**

- a) O ISS permanecerá em vigor de forma definitiva, coexistindo permanentemente com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em razão da autonomia tributária dos municípios prevista na Constituição Federal.
- b) O ISS e o ICMS foram extintos imediatamente após a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, passando o IBS a ser o único tributo incidente sobre o consumo no país.
- c) O ISS será incorporado à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência exclusiva da União, mantendo-se inalterada a participação municipal na arrecadação.
- d) O IBS será um imposto de competência exclusiva dos Estados, cabendo aos Municípios apenas a fiscalização e a cobrança das operações realizadas em seus territórios.
- e) Durante o período de transição, o ISS e o ICMS continuarão sendo cobrados, porém serão progressivamente reduzidos até sua extinção, sendo substituídos pelo IBS, tributo de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja arrecadação observará o princípio do destino

**13. Diversos municípios da Região Metropolitana do Recife dependem significativamente da arrecadação do ISS para custear serviços públicos essenciais, como educação básica, manutenção da infraestrutura urbana, limpeza pública e ações de atenção básica à saúde. Em um seminário sobre finanças públicas realizado em uma universidade pernambucana, discutiu-se que a existência de receitas tributárias próprias constitui elemento central para a efetivação da autonomia dos entes federativos prevista na Constituição Federal de 1988.**

**Nesse contexto, a instituição do ISS pelos municípios brasileiros representa uma manifestação do federalismo fiscal porque:**

- a) assegura aos municípios competência tributária constitucionalmente atribuída para instituir e arrecadar determinados tributos, fortalecendo sua autonomia política, administrativa e financeira, ainda que essa competência esteja sujeita às normas gerais estabelecidas pela União por meio de lei complementar.
- b) confere aos municípios poder tributário originário ilimitado para criar novos impostos sempre que identificarem demandas locais não contempladas pelo sistema tributário nacional.
- c) reduz a dependência municipal em relação às transferências intergovernamentais, tornando desnecessários mecanismos constitucionais de repartição de receitas, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- d) impede que a União exerça qualquer função normativa sobre o ISS, uma vez que a autonomia federativa exclui a possibilidade de edição de leis complementares disciplinando aspectos gerais do tributo.
- e) autoriza a transferência da titularidade da competência tributária municipal aos estados-membros em situações de desequilíbrio fiscal regional, visando à preservação do pacto federativo.

**14. Uma clínica médica situada em Garanhuns realizou uma reunião com sua equipe administrativa para revisar os principais tributos incidentes sobre suas atividades. Durante o encontro, o contador da empresa destacou que, embora a Constituição Federal distribua competências tributárias entre os entes federativos, a disciplina de determinados impostos exige a observância de normas gerais editadas em âmbito nacional. Diante disso, surgiu o debate acerca da natureza da competência para instituir o ISS e dos limites impostos pelo sistema constitucional tributário.**

**Considerando a repartição constitucional das competências tributárias prevista na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:**

- a) A competência para instituir o ISS pertence aos Municípios e ao Distrito Federal, porém a definição dos serviços tributáveis, das alíquotas máximas e mínimas e das normas gerais aplicáveis depende de lei complementar nacional, sem que isso represente mitigação da autonomia tributária municipal.
- b) A competência para instituir o ISS é concorrente entre a União, os Estados e os Municípios, cabendo à União editar normas gerais e aos demais entes suplementá-las conforme o interesse local.
- c) A União poderá instituir o ISS, mediante lei ordinária federal, sempre que identificar relevante interesse econômico nacional ou necessidade de uniformização da tributação dos serviços.
- d) Os Municípios possuem apenas competência administrativa para arrecadar e fiscalizar o ISS, sendo a competência legislativa para sua instituição atribuída privativamente à União.
- e) A competência tributária relativa ao ISS poderá ser delegada integralmente à União ou aos Estados por meio de convênio administrativo celebrado entre os entes federativos, em razão do princípio da cooperação federativa.

**15. Uma empresa do setor de confecções instalada no Polo de Desenvolvimento de Caruaru promoveu um treinamento para os novos colaboradores do setor de recursos humanos. Durante a capacitação, surgiu o debate sobre a finalidade e a natureza jurídica do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), especialmente após questionamentos de empregados acerca dos valores depositados mensalmente em suas contas vinculadas.**

**À luz da legislação vigente, assinale a alternativa correta:**

- a) O FGTS possui natureza de imposto federal destinado ao financiamento das despesas gerais da União.
- b) O FGTS corresponde a uma contribuição previdenciária destinada ao custeio do Regime Geral de Previdência Social.
- c) O FGTS constitui um direito social do trabalhador, formado por depósitos mensais realizados pelo empregador em conta vinculada, visando à proteção do empregado em hipóteses legalmente previstas.
- d) O FGTS é uma contribuição sindical obrigatória recolhida em favor das entidades representativas dos trabalhadores.
- e) O FGTS corresponde a uma taxa administrativa cobrada do empregador para custear a fiscalização das relações de trabalho.

**16. Um trabalhador residente em Garanhuns, após vários anos de contribuição ao FGTS, procurou orientação para saber em quais situações poderia movimentar os recursos existentes em sua conta vinculada. O profissional responsável pelo atendimento esclareceu que a legislação estabelece hipóteses específicas para o saque dos valores.**

**Com base na legislação do FGTS, assinale a alternativa correta:**

- a) Os valores do FGTS podem ser sacados livremente pelo trabalhador a qualquer tempo, independentemente de justificativa legal.
- b) O saque do FGTS somente é permitido quando o trabalhador completa 65 anos de idade.
- c) O trabalhador poderá movimentar sua conta vinculada apenas em caso de aposentadoria concedida pelo INSS.
- d) A movimentação da conta vinculada é admitida em hipóteses previstas em lei, como demissão sem justa causa, aposentadoria e aquisição da casa própria, observados os requisitos legais.
- e) O saque do FGTS depende exclusivamente de autorização judicial, independentemente da situação do trabalhador.

**17. Uma empresa de locação de máquinas para a construção civil, sediada na Região Metropolitana do Recife, promoveu uma capacitação para os colaboradores do setor de recursos humanos sobre as obrigações previdenciárias decorrentes da contratação de trabalhadores. Durante o treinamento, surgiu a dúvida acerca de quem é considerado segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).**

**À luz da Lei nº 8.212/1991 e da Lei nº 8.213/1991, assinale a alternativa correta:**

- a) Somente os empregados contratados pelo regime da CLT são segurados obrigatórios do RGPS.
- b) São segurados obrigatórios apenas os empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que exerçam atividades urbanas.
- c) São segurados obrigatórios do RGPS, entre outros, o empregado, o empregado doméstico, o trabalhador avulso, o contribuinte individual e o segurado especial, desde que preenchidos os requisitos legais.
- d) Os contribuintes individuais somente se tomam segurados do RGPS após dez anos de contribuição ininterrupta.
- e) O segurado especial somente será considerado segurado obrigatório mediante opção formal perante o INSS.

**18. Uma indústria de alimentos localizada em Vitória de Santo Antão revisava seus procedimentos de folha de pagamento após a contratação de novos colaboradores. Durante a reunião, o gerente financeiro questionou qual é a contribuição previdenciária patronal incidente, como regra geral, sobre a remuneração paga aos empregados vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.**

**Considerando a legislação previdenciária vigente, assinale a alternativa correta:**

- a) Como regra geral, a empresa deve recolher contribuição previdenciária patronal correspondente a 8% sobre a folha de salários.
- b) A contribuição patronal corresponde a 11% sobre a remuneração dos segurados empregados e trabalhadores avulsos.

- c) Como regra geral, a empresa deve recolher contribuição previdenciária patronal de 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços.
- d) A contribuição patronal é devida exclusivamente sobre o décimo terceiro salário.
- e) As empresas privadas estão dispensadas do recolhimento da contribuição previdenciária patronal quando efetuam regularmente os depósitos do FGTS.

**19. Uma empresa do setor de comércio varejista localizada em Caruaru participou de um treinamento promovido pelo seu escritório de contabilidade sobre o cumprimento das obrigações acessórias trabalhistas, fiscais e previdenciárias. Durante a apresentação, o gerente administrativo afirmou que o eSocial foi criado apenas para substituir a Guia da Previdência Social (GPS), sem alterar o envio de outras informações aos órgãos governamentais. A observação gerou debate entre os participantes acerca da finalidade e do alcance desse sistema no contexto da modernização da administração tributária e trabalhista brasileira.**

**Considerando os objetivos do eSocial, assinale a alternativa correta:**

- a) O eSocial consiste em um sistema unificado de escrituração digital que reúne informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relativas às relações de trabalho, substituindo diversas obrigações acessórias anteriormente exigidas pelos órgãos públicos.
- b) O eSocial constitui uma plataforma voltada prioritariamente ao recolhimento das contribuições previdenciárias destinadas ao INSS, tendo como principal finalidade substituir as antigas guias de pagamento, sem promover integração significativa com outras obrigações acessórias relacionadas às relações de trabalho.
- c) O eSocial foi concebido para centralizar exclusivamente informações vinculadas ao FGTS, permitindo à Caixa Econômica Federal administrar os depósitos fundiários dos trabalhadores, permanecendo inalteradas as demais declarações exigidas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização trabalhista e previdenciária.
- d) O eSocial possui utilização facultativa para empresas privadas de menor porte, especialmente aquelas com até cem empregados, funcionando como ferramenta opcional de gestão administrativa para empregadores que desejem simplificar seus procedimentos internos de recursos humanos.
- e) O eSocial foi desenvolvido para utilização predominante pelos órgãos da administração pública direta, servindo como instrumento de acompanhamento estatístico do mercado de trabalho, sem obrigatoriedade generalizada para os empregadores do setor privado.

**20. Uma empresa de prestação de serviços localizada em Olinda participou de um treinamento sobre as recentes mudanças nos procedimentos de arrecadação tributária federal. Durante a capacitação, o responsável pelo departamento fiscal afirmou que o DARF Numerado passou a ser utilizado para identificar individualmente determinadas obrigações tributárias, permitindo maior controle por parte da administração tributária e reduzindo inconsistências na vinculação dos pagamentos efetuados pelos contribuintes.**

**Considerando as características do DARF Numerado, assinale a alternativa correta:**

- a) O DARF Numerado é um documento utilizado exclusivamente para o recolhimento do FGTS, sendo emitido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregadores do país.
- b) O DARF Numerado corresponde a uma guia destinada apenas ao pagamento do ISS devido aos municípios, substituindo os documentos de arrecadação municipais anteriormente existentes.
- c) O DARF Numerado é emitido exclusivamente pelas Secretarias Estaduais da Fazenda para o recolhimento do ICMS incidente sobre operações de circulação de mercadorias.
- d) A utilização do DARF Numerado é facultativa e depende exclusivamente da opção do contribuinte, não produzindo qualquer efeito sobre os mecanismos de controle da Receita Federal do Brasil.
- e) O DARF Numerado consiste em um documento de arrecadação federal que possui identificação específica para vincular o pagamento à obrigação declarada pelo contribuinte, sendo amplamente utilizado em sistemas integrados, como aqueles relacionados à DCTFWeb.